

**ACORDO**  
**ENTRE**  
**O REINO DE ESPANHA**  
**E**  
**A REPÚBLICA DE CABO VERDE**  
**SOBRE VIGILANCIA CONJUNTA DOS ESPAÇOS MARÍTIMOS**  
**SOB SOBERANÍA E JURISDIÇÃO DE CABO VERDE \***

O Reino de Espanha,

E

A República de Cabo Verde, a frente considerados como as Partes

Considerando as tradicionais relações de amizade entre os povos de Espanha e Cabo Verde;

Reconhecendo que a soberania, a independência e a cooperação entre as nações são princípios fundamentais da ordem jurídica internacional;

Tendo em conta que a extensão das águas sob a soberania e jurisdição da República de Cabo Verde e que a sua posição geo-estratégica potenciam o surgimento de actos contrários a ordem internacional;

Manifestando o total compromisso das partes em contribuir para a segurança dos espaços marítimos sob sua soberania e jurisdição, bem como em partilhar esforços para materializar este objectivo

Tendo presente a existência de um dever de cooperação dos Estados na luta contra as diversas formas de criminalidade organizada contempladas em diversas resoluções das Nações Unidas e Convenções internacionais;

Tendo em consideração o papel activo da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Exteriores dos Estados membros da União Europeia (FRONTEX), em coordenação e cooperação operativa entre os Estados membros da União Europeia e também com países terceiros, no âmbito do controlo e vigilância da fronteira, para combater a emigração ilegal, assim como de outros organismos internacionais designados para o combate do crime organizado que se realiza nos espaços marítimos, especificamente, o tráfico de droga, de armas e de pessoas;

Reafirmando a existência de um interesse recíproco em reforçar os laços de colaboração e com a convicção de que uma cooperação entre os Estados em matéria de luta contra determinados tipos de actos ilícitos favorece a segurança e a paz na Região, que está escrito no Memorando de Entendimento (MOU) entre o Governo do Reino de Espanha e o Governo da República de Cabo Verde sobre vigilância conjunta dos espaços marítimos sob jurisdição e soberania de Cabo Verde feito em Madrid a 7 de Março de 2007;

Tendo em consideração o Protocolo de Cooperação entre os Ministérios de Defesa de ambos países, datada de 1 de Março de 2006, e o Acordo Técnico sobre cooperação e apoio mutuo entre os serviços de Busca e Salvamento Aéreo (SAR), de 18 de Fevereiro de 2000;

E tendo em conta a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), de 10 de Dezembro de 1982 e o Protocolo de Palermo contra o tráfico ilícito de emigrantes por terra, ar e mar, adicionado com a Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade transnacional organizada de 15 de Novembro de 2000 e a Convenção Internacional para a Segurança da Vida Humana no Mar (SOLAS), de 1 de Novembro de 1974, o Convénio Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo (SAR) de 27 de Abril de 1979

Acordam no seguinte:

**Artigo 1**

**Objecto**

O presente Acordo estabelece as condições para a vigilância e patrulha conjunta dos espaços marítimos sob soberania e jurisdição da Parte cabo-verdiana, tendo em conta o respeito pelo direito internacional.

## **Artigo 2**

### **Respeito às leis e regulamentos da República de Cabo Verde**

A Parte espanhola compromete-se a respeitar as leis e regulamentos da República de Cabo Verde durante as acções objecto deste Acordo, nomeadamente, aqueles que, em matéria ambiental, sejam aplicáveis.

## **Artigo 3**

### **Modalidades de Execução**

1. As actividades de patrulha conjunta dos espaços marítimos sob soberania e jurisdição cabo-verdiana poderão assumir as seguintes modalidades:

- a) Patrulhas com embarcações ou aeronaves das duas Partes;
- b) Patrulhas com embarcações e aeronaves da Parte espanhola com presença efectiva e obrigatória de pessoal da Parte Cabo-verdiana a bordo;
- c) Patrulhas com embarcações e aeronaves da Parte Cabo-verdiana com presença de pessoal da Parte espanhola.

2. As modalidades de patrulha bem como o período e a sua duração serão definidas por acordo entre as Partes.

3. A Parte espanhola atenderá com os seus meios, na medida das suas possibilidades e no âmbito deste Acordo, às solicitações de apoio da Parte cabo-verdiana para proceder a intercepção de embarcações suspeitas de realizar actividades de tráfico ilegal de pessoas, drogas e armas.

## **Artigo 4**

### **Participação da Parte espanhola**

A Parte espanhola participa com aeronaves de vigilância marítima e embarcações, para patrulha conjunta nas áreas sob soberania e jurisdição da Parte Cabo-verdiana.

## **Artigo 5**

### **Participação da Parte cabo-verdiana**

1. A parte cabo-verdiana participa com unidades navais ou aéreas e através do pessoal e material militar próprios embarcados nas unidades navais e aéreas da Parte espanhola.

2. A Parte cabo-verdiana poderá destacar, nos períodos e duração acordada, um Oficial de Ligação com o Centro de Coordenação Regional de Canárias.

## **Artigo 6**

### **Condições de Execução**

1. As patrulhas conjuntas e a colaboração estabelecida, neste acordo, obedecerão a um planeamento elaborado para o efeito.

2. As áreas de vigilância serão acordadas entre o Centro de Operações em Cabo Verde e o Centro de Coordenação Regional de Canárias para a sua possível integração em outras operações coordenadas pela FRONTEX.

3. As acções não planificadas que ocorrerem durante as actividades referidas no ponto número 1 deste Artigo, serão acordadas pontualmente com os responsáveis dos destacamentos dos meios aéreos e navais da Parte espanhola.

4. Os meios aéreos e navais da Parte espanhola estarão sob o comando orgânico e tático próprio. As suas tripulações estarão formadas pelas suas próprias dotações que serão responsáveis do voo e navegação. Pelo menos uma componente da Guarda Costeira cabo-verdiana irá sempre a bordo das embarcações e aeronaves da Parte espanhola, para facilitar a actuação operativa.

5. Fora das situações previstas pelo direito internacional, as intervenções de fiscalização, visita ou apresamento, especialmente estas, somente podem ser efectuadas por ou sob a liderança de autoridades cabo-verdianas.

6. Os procedimentos operativos concretos, de intercâmbio de informação e de apoio logístico para o desenvolvimento das operações, desenvolvem-se de mútuo acordo entre as Partes.

7. A Parte cabo-verdiana será responsável, na medida das suas possibilidades, pela protecção e segurança do pessoal e do material da Parte espanhola enquanto permaneça nos espaços sob a soberania de Cabo Verde.

## **Artigo 7**

### **Protecção de informação classificada**

A protecção da informação classificada que se intercambie entre ambas as partes será regulada através de um acordo específico sobre a matéria.

## **Artigo 8**

### **Responsabilidade pelas acções de fiscalização**

Cada Parte responde, na medida das suas responsabilidades, pelos actos praticados nas missões de fiscalização conjunta dos espaços marítimos sob soberania e jurisdição da Parte Cabo-Verdiana.

## **Artigo 9**

### **Estatuto das Forças**

1. As Partes facilitarão ao pessoal desembarcado no território ou operando nas unidades da outra Parte, em cumprimento das actividades contempladas no presente Acordo, o regime aplicado ao pessoal administrativo e técnico, de acordo com o artigo 372 da Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas de 18 de Abril de 1961.

2. Cada uma das Partes considerará a possibilidade de renunciar às imunidades criminais que os membros das suas forças usufruem a pedido da outra, em situações que se justifique a realização de um processo no próprio local do crime, por motivos de especial gravidade do crime.

3. As partes informam-se sobre o início de investigações e processos criminais cometidos na outra e cobertos por este artigo e asseguram a presença de familiares das vítimas em processo criminais iniciados por condutas ilícitas perpetradas por pessoal das partes nas acções de fiscalização.

## **Artigo 10**

### **Reclamações**

1. As Autoridades de ambas as Partes renunciam a qualquer reclamação por lesões sofridas pelo seu pessoal, incluído o falecimento, ou pelos danos ou a perda de propriedades, sempre que essa lesão, falecimento, dano ou perda for causada por acções ou omissões de pessoal de outro país na realização de actos do serviço relacionados com o presente Acordo.

2. As Partes processarão, de acordo com a sua legislação, as reclamações de terceiros que surjam no seu próprio território como consequência ou em relação com qualquer acção ou omissão do pessoal das forças participantes na realização de actos de serviço relativos ao presente Acordo, e dos que resulte lesão, morte, perda ou dano. Cada uma das Partes entregará uma justa e razoável compensação a outra em função das ditas reclamações.

3. As Partes se esforçar-se-ão por atender às reclamações de terceiros de que resultem qualquer acção ou omissão realizadas por um membro das suas forças que causem lesões, em actividade distinta do serviço em relação com este Acordo e a obtenção de satisfação nos tribunais relativos a essas reclamações.

## **Artigo 11**

### **Disposições financeiras**

1. Os equipamentos, fornecimentos, produtos e materiais importados temporariamente no território pela Parte cabo-verdiana e os exportados de Cabo Verde para as necessidades das unidades

aéreas e navais atribuídos para o cumprimento do presente Acordo, não estarão submetidos a qualquer imposto ou taxa na República de Cabo Verde.

2. Os veículos, embarcações e aeronaves afectos aos destacamentos em Cabo Verde não estarão sujeitos ao pagamento de impostos de circulação, encargos ou taxas por aterragem, navegação, sobrevoo, estacionamento, acostagem, entrada e estacionamento, enquanto estão destacados na República de Cabo Verde.

3. O preço dos materiais e serviços contratados pelos Destacamentos em Cabo Verde serão os mesmos que os abonados pela Administração deste último país.

## **Artigo 12**

### **Respeito pelos compromissos internacionais**

Nenhuma disposição do presente Acordo poderá prejudicar os direitos e as obrigações a que se encontram vinculadas ambas Partes por outros Tratados ou Convenções Internacionais.

## **Artigo 13**

### **Resolução de controvérsias**

1. Qualquer controvérsia relativa a interpretação ou aplicação do presente Acordo será resolvida mediante consultas e negociações entre as Partes.

2. No caso de as Partes não chegarem a uma resolução de tais disputas três meses depois do início das consultas e negociações, as Partes são livres de procurarem a resolução de tais disputas através da arbitragem ou de conformidade com qualquer outro procedimento aplicável pelo direito internacional.

## **Artigo 14**

### **Vigência e denúncia**

1. O presente Acordo entrará em vigor na data de recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que se cumpriram os requisitos de Direito Interno necessários para sua efectividade.

2. Cada uma das Partes poderá decidir pela sua denúncia. Neste caso deverá notificar por escrito e por via diplomática a outra Parte com uma antecedência mínima de noventa dias.

3. A denúncia do presente Acordo não prejudicará as actividades em curso ou já acordadas.

Em conformidade, ambas as Partes assinam o presente Acordo, em duplicado, nos idiomas português e castelhano, que fazem ambos fé, na cidade da Praia, aos 21 de Fevereiro de 2008.

Pelo Governo do Reino de Espanha,  
*Soledad López Fernández*  
Secretaria de Estado de Defesa

Pelo Governo da Republica de Cabo Verde,  
*Cristina Fontes Lima*  
Ministra da Presidência do Conselho de  
Ministros, da Reforma do Estado e da Defesa  
Nacional

\* *Aprovado, para ratificação, pela Resolução nº 74/VII/2008 de 14 de Julho e publicado no Boletim Oficial I Série Número 26 de 14 de Julho de 2008;*